

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	37
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	916.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>916.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	2.036.061	2.003.958
1.01	Ativo Circulante	94.857	51.043
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.386	11.765
1.01.02	Aplicações Financeiras	36.220	24.635
1.01.03	Contas a Receber	13.476	12.079
1.01.03.01	Clientes	13.476	12.079
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	13.452	12.048
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	24	31
1.01.06	Tributos a Recuperar	833	716
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.511	1.404
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	431	444
1.01.08.03	Outros	431	444
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	86	0
1.01.08.03.02	Outros Créditos	345	444
1.02	Ativo Não Circulante	1.941.204	1.952.915
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.447	29.685
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	25.053	29.287
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	394	398
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais e Outros	377	381
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	17	17
1.02.03	Imobilizado	86.753	90.988
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	84.618	88.562
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	0	4
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.135	2.422
1.02.04	Intangível	1.829.004	1.832.242
1.02.04.01	Intangíveis	1.829.004	1.832.242
1.02.04.01.02	Intangível	1.678.976	1.680.313
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	149.931	151.500
1.02.04.01.04	Intangível em Andamento	97	429

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	2.036.061	2.003.958
2.01	Passivo Circulante	83.221	78.664
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.598	10.185
2.01.01.01	Obrigações Sociais	979	1.082
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.619	9.103
2.01.02	Fornecedores	20.497	16.970
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.483	16.956
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	14	14
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.364	3.414
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.864	1.875
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.388	1.389
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	476	486
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.500	1.539
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.500	1.539
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.820	46.018
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.820	46.018
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.820	46.018
2.01.05	Outras Obrigações	1.942	2.077
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	796	779
2.01.05.02	Outros	1.146	1.298
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	873	873
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	273	421
2.01.05.02.09	Arrendamento Mercantil	0	4
2.02	Passivo Não Circulante	1.023.147	1.022.529
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	794.295	805.123
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	794.295	805.123
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	794.295	805.123
2.02.02	Outras Obrigações	49	49
2.02.02.02	Outros	49	49
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	49	49
2.02.03	Tributos Diferidos	56.926	61.953
2.02.04	Provisões	171.877	155.404
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.146	1.136
2.02.04.02	Outras Provisões	170.731	154.268
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	169.936	153.375
2.02.04.02.05	Obrigações parceladas	795	893
2.03	Patrimônio Líquido	929.693	902.765
2.03.01	Capital Social Realizado	916.000	871.000
2.03.04	Reservas de Lucros	31.765	31.765
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-18.072	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	70.547	69.534
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-67.205	-57.542
3.02.01	Custo de Construção	-5.382	-1.315
3.02.02	Serviços	-17.601	-14.692
3.02.04	Depreciação e Amortização	-11.345	-9.972
3.02.05	Custo com Pessoal	-8.881	-8.461
3.02.06	Provisão de Manutenção	-14.018	-11.984
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-5.390	-5.952
3.02.08	Outros	-4.588	-5.166
3.03	Resultado Bruto	3.342	11.992
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.006	-8.760
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.309	-8.968
3.04.02.01	Serviços	-3.833	-3.168
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-2.064	-1.972
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.026	-1.919
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-133	-181
3.04.02.05	Campanhas Publicitárias e Eventos, Feiras e Informativos	-67	-70
3.04.02.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-10	-862
3.04.02.07	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-245	-199
3.04.02.08	Contribuições a Sindicatos e Associação de Classe	-84	-119
3.04.02.09	Gastos com Viagens e Estádias	-37	-64
3.04.02.10	Outros	-758	-477
3.04.02.11	Condução, Estacionamento e Pedágio	-1.434	-83
3.04.02.12	Provisão para perda esperada - Contas a receber	1.382	146
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	308	279
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5	-71
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.664	3.232
3.06	Resultado Financeiro	-17.435	-1.869
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.099	1.363
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.027	-531
3.08.02	Diferido	5.027	-531
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.072	832
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.072	832
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,02046	0,00098
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,02046	0,00098

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-18.072	832
4.03	Resultado Abrangente do Período	-18.072	832

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	23.292	27.582
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.383	28.368
6.01.01.01	(Prejuízo)/Lucro Líquido do Período	-18.072	832
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-5.027	531
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	13.405	11.944
6.01.01.04	Baixa do ativo Imobilizado	5	72
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária sobre Financiamentos	15.349	19.292
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	0	-18.927
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	14.018	11.984
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	2.543	1.737
6.01.01.14	Constituição e Reversão de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	277	1.050
6.01.01.15	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	-108	-146
6.01.01.16	Juros sobre Impostos Parcelados	12	0
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	-53	-1
6.01.01.18	Atualização Monetária de Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas	30	0
6.01.01.19	Depreciação - Arrendamento Mercantil	4	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	909	-786
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.296	-83
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	7	-357
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-117	-82
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	-86	492
6.01.02.07	Despesas Antecipadas e Outras	-2.004	-2.684
6.01.02.08	Fornecedores	3.580	-1.258
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	17	260
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	-160	-106
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.413	1.133
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	-148	2.087
6.01.02.17	Pagamento da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-297	-188
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.526	2.650
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-527	-1.331
6.02.02	Adições do Ativo Intangível	-5.472	-2.061
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	58	0
6.02.10	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgate	-11.585	6.042
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	22.855	-34.052
6.03.01	Integralização de Capital	45.000	0
6.03.02	Resgastes / Aplicações (Conta Reserva)	4.234	-17.626
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos (Pagamento de Principal)	-11.239	0
6.03.06	Financiamento e Arrendamento Mercantil (Pagamento de Juros)	-15.136	-16.416
6.03.07	Arrendamento Mercantil (Pagamento de principal e Juros)	-4	-10
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	28.621	-3.820
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.765	20.791
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.386	16.971

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	871.000	0	31.765	0	0	902.765
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	871.000	0	31.765	0	0	902.765
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.000	0	0	0	0	45.000
5.04.01	Aumentos de Capital	45.000	0	0	0	0	45.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.072	0	-18.072
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.072	0	-18.072
5.07	Saldos Finais	916.000	0	31.765	-18.072	0	929.693

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	848.000	0	83.511	0	0	931.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	848.000	0	83.511	0	0	931.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	832	0	832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	832	0	832
5.07	Saldos Finais	848.000	0	83.511	832	0	932.343

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
7.01	Receitas	78.117	95.083
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	76.735	76.010
7.01.02	Outras Receitas	0	18.927
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.382	146
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-53.076	-43.925
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-27.074	-25.380
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.602	-5.246
7.02.04	Outros	-19.400	-13.299
7.02.04.01	Custo de Construção	-5.382	-1.315
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-14.018	-11.984
7.03	Valor Adicionado Bruto	25.041	51.158
7.04	Retenções	-13.409	-11.944
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.409	-11.944
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.632	39.214
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	594	389
7.06.02	Receitas Financeiras	594	389
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.226	39.603
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.226	39.603
7.08.01	Pessoal	9.647	9.058
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.791	6.162
7.08.01.02	Benefícios	2.300	2.378
7.08.01.03	F.G.T.S.	385	389
7.08.01.04	Outros	171	129
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.583	8.550
7.08.02.01	Federais	-1.150	4.624
7.08.02.02	Estaduais	165	158
7.08.02.03	Municipais	3.568	3.768
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.068	21.163
7.08.03.01	Juros	18.018	21.139
7.08.03.02	Aluguéis	50	24
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-18.072	832
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-18.072	832

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

#### Janeiro a Março/2020

A MSVia (“CCR MSVia” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As informações financeiras intermediárias abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T19.

#### 1.1 - Principais destaques

No 1º trimestre de 2020, a Companhia continuou executando obras de restauração e recuperação da rodovia, bem como algumas obras de melhoria da BR 163/MS, nos trechos permitidos pela Licença de Instalação nº 1.083/2015, cuja titularidade foi transferida à Companhia em maio de 2016 pelo IBAMA.

#### 1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

##### Receita bruta operacional

Receita bruta [R\$ mil]	1ºT20	1ºT19	Var.%
Receita de pedágio	69.536	72.932	-4,7%
Receitas acessórias	1.817	1.763	3,1%
Receita de construção	5.382	1.315	309,3%
Receita bruta total	76.735	76.010	1,0%
Deduções	(6.188)	(6.476)	-4,4%
Receita líquida total	70.547	69.534	1,5%

**Receita de pedágio:** A receita reduziu 4,7% no 1T20 com relação ao 1T19 devido à quebra da safra de soja, menor comercialização de milho e o impacto do COVID-19 a partir da segunda quinzena de março.

**Receitas acessórias:** O aumento de 3,1% no 1T20 em comparação com o 1T19 é devido ao reajuste anual dos contratos.

**Receita de construção:** No 1T20 a Companhia aumentou em 309,3% o fluxo das obras de restauração do pavimento que tiveram início no segundo semestre de 2019.

## Comentário do Desempenho

### Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	1ºT20	1ºT19	Var. %
Custo de construção	5.382	1.315	309,3%
Provisão de manutenção	14.018	11.984	17,0%
Depreciação e amortização	13.409	11.944	12,3%
Custos contratuais	3.737	4.087	-8,6%
Serviços de terceiros	21.434	17.860	20,0%
Custo com pessoal	10.907	10.380	5,1%
Materiais, gastos gerais e outros	7.324	8.732	-16,1%
<b>Custos e despesas totais</b>	<b>76.211</b>	<b>66.302</b>	<b>14,9%</b>

Os custos e as despesas totais aumentaram 14,9% no 1T20 em relação ao 1T19, alcançando o valor de R\$ 76.211 mil, em função do aumento do fluxo das obras de restauração do pavimento.

**Custo de construção:** No 1T20 a Companhia aumentou em 309,3% o fluxo das obras de restauração do pavimento que tiveram início no segundo semestre de 2019.

**Provisão de manutenção:** A provisão de manutenção sofreu um aumento de 17,0% no 1T20 em relação ao 1T19, refletindo os ciclos de manutenção programada da Companhia.

**Depreciação e amortização:** No 1T20 ocorreram as amortizações dos investimentos realizados em 2017, 2018 e 2019, tais como: trechos da duplicação, implantação de fibra óptica e equipamentos de monitoração da rodovia, o que causou aumento de 12,3% em depreciação e amortização.

**Custos contratuais:** Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e a verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

**Serviços de terceiros:** Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, referentes principalmente aos serviços de conservação de rotina, manutenção de equipamentos e sistemas e consultorias. O aumento de 20,0% do valor no 1T20 em relação ao 1T19 ocorreu devido a intensificação dos serviços de recuperação do pavimento.

**Materiais, gastos gerais e outros:** Os custos com os materiais e gastos gerais da Companhia tiveram redução de 16,1% devido ao melhor desempenho operacional.

## Comentário do Desempenho

### EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	1ºT20	1ºT19	Var.%
Lucro Líquido	(18.072)	832	-2272,1%
(+) IR/CS	(5.027)	531	-1046,7%
(+) Resultado Financeiro	17.435	1.869	832,9%
(+) Depreciação e amortização	13.409	11.944	12,3%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>7.745</b>	<b>15.176</b>	<b>-49,0%</b>
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>10,98%</i>	<i>21,83%</i>	<i>-11 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	1ºT20	1ºT19	Var.%
Lucro Líquido	(18.072)	832	-2272,1%
(+) IR/CS	(5.027)	531	-1046,7%
(+) Resultado financeiro	17.435	1.869	832,9%
<b>EBIT (a)</b>	<b>(5.664)</b>	<b>3.232</b>	<b>-275,2%</b>
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>-8,03%</i>	<i>4,65%</i>	<i>-13 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012.

### Resultado financeiro líquido

	1ºT20	1ºT19	Var. %
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(18.029)</b>	<b>(2.258)</b>	<b>698,4%</b>
Juros sobre financiamentos	(15.349)	(17.205)	-10,8%
Juros sobre obrigações parceladas	(12)	-	100,0%
Variação monetária sobre empréstimos	-	(2.087)	-100,0%
Capitalização de custo dos empréstimos	-	18.927	-100,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.668)	(1.893)	40,9%
<b>Receitas financeiras</b>	<b>594</b>	<b>389</b>	<b>52,7%</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	577	364	58,5%
Juros e outras receitas financeiras	17	25	-32,0%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(17.435)</b>	<b>(1.869)</b>	<b>832,9%</b>

## 2. Investimentos

A Companhia continua de forma moderada com os investimentos da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

### Obras em andamento durante o 1º. Trimestre de 2020:

- Implantação e recuperação de elementos de proteção e segurança;
- Restauração do pavimento nos 845,4 km da BR-163/MS.

## Comentário do Desempenho

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Na comparação do 1T20 com 1T19, houve uma redução de 12% no número de acidentes com vítimas feridas e 4% em vítimas feridas. Esse resultado é consequência direta de todas as ações firmadas no PRA (Programa de Redução de Acidentes), onde é realizado o monitoramento nos pontos mais críticos e pontos superiores a 3 acidentes. A partir do segundo semestre foi implantado as Micro Ações, as quais são realizadas pelas equipes do atendimento, e podem ocorrer simultaneamente nos pontos de risco ao longo da rodovia, seja em horários específicos, tipos de veículos, postos de serviços, comunidades lindeiras, entre outros. Na BR-163/MS, a Concessionária desenvolve campanhas educativas de segurança viária desde 2014, além de ações específicas em feriados prolongados, realiza a conservação, recuperação e manutenção periódica de todo o conjunto de sinalização (vertical, de solo e aérea) e do pavimento, além da manutenção do canteiro central e lateral. O SAU (Sistema de Atendimento ao Usuário) tem papel fundamental nas campanhas de segurança viária, pois abrange os serviços de socorro médico, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio, serviço de 0800 e de inspeção do tráfego. Os usuários também recebem mensagens de segurança todos os dias através dos Painéis de Mensagens Variáveis (fixos e móveis), além das orientações dadas pelos arrecadadores das praças de pedágio durante o pagamento da tarifa.

<b>Total de Acidentes (CCR MSVia)</b>	<b>1ºT20</b>	<b>1ºT19</b>	<b>Var.%</b>
Total acidentes	338	335	1%
Acidente c/ vítimas feridas	132	150	-12%
Acidentes sem vítimas	196	177	11%
Acidentes com mortos	10	8	25%
Vítimas feridas	225	235	-4%
Número de mortos	10	10	0%

### 4. Considerações finais

As Informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

#### A Diretoria

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2020

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

##### a) Constituição e objeto:

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

Neste trimestre, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

##### b) Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de março de 2020, verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego das rodovias, na forma de veículos equivalentes:

Real 2020 x Real 2019					
Veículos Equivalentes					
Realizado - 12/mar/2020 a 31/mar/2020			Realizado - 01/jan/2020 a 31/mar/2020		
x			x		
Realizado - 12/mar/2019 a 31/mar/2019			Realizado - 01/jan/2019 a 31/mar/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-23,0%	-1,7%	-6,2%	-3,4%	-5,2%	-4,8%

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas informações trimestrais intermerdiárias:

##### Avaliação de continuidade operacional

- Revisamos e elaboramos semanalmente cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou problemas relacionados à liquidez ou à quebra de *covenants* da Companhia.

## Notas Explicativas

- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas e priorização de investimentos;
- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados.
- Sob o ponto de vista dos financiamentos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou programa emergencial, promovendo a suspensão do pagamento das prestações dos financiamentos pelas empresas, entre abril e setembro de 2020, sendo que os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e redistribuído nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. A suspensão é válida para contratos de financiamentos diretos com o BNDES ou indiretos. Já foi obtida aprovação para a Companhia.

### Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório nacional, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o seguinte parecer:

- Parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. Para maiores detalhes de critérios de recuperação de ativos, vide nota explicativa nº 11, de 31 de dezembro de 2019.

### Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificadas eventos e condições que justificassem um aumento da perda esperada nos ativos financeiros.

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

## Notas Explicativas

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

### *c) Outras informações relevantes:*

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

#### **i. Revisão contratual extraordinária**

Em 06 de abril de 2017, a Companhia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à Companhia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 03 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à Companhia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do Contrato de Concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela Companhia seriam riscos que teriam sido, no Contrato de Concessão, alocados à Companhia.

Dessa forma, não restou outra opção à Companhia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União (Processo nº 1009737-97.2018.4.01.3400, em trâmite perante a 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal), para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a Companhia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do Contrato de Concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do Contrato de Concessão.

Em 25 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a Companhia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a Companhia apresentou sua manifestação em 04 de julho de 2018.

Em 17 de outubro de 2018, foi realizada audiência de conciliação na qual as partes acordaram de suspender o processo por 90 dias, para que fossem realizadas tratativas administrativas, a fim de concretizar um possível acordo.

Em 05 de fevereiro de 2019, a ANTT apresentou petição, para requerer a suspensão do processo por mais 60 dias, o que foi deferido.

Em 11 de abril de 2019, a ANTT formulou novo pedido de prorrogação, requerendo a dilação da suspensão por mais 45 dias.

Diante do transcurso do prazo adicional de 45 dias sem qualquer manifestação da ANTT, bem como considerando que a Agência informou que seria aplicado o Fator D, com fundamento nesse fato novo, a Companhia, em 13 de junho de 2019, apresentou petição reiterando os pedidos liminares inicialmente formulados, sobretudo no que diz respeito à suspensão da aplicação do Fator D.

Em 29 de julho de 2019, a Companhia apresentou nova petição informando que a ANTT havia notificado a Companhia para se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a Nota Técnica nº 2330, que consignou os resultados preliminares da revisão tarifária em andamento e

## Notas Explicativas

apontou eventual redução tarifária em setembro de 2019 da ordem de 54,27% ou da ordem de 40,58% (caso o recálculo seja diluído ao longo dos próximos 36 meses). Com fundamento nesse fato novo, foi reiterado o pedido liminar formulado na inicial para suspender a aplicação do “Fator D”.

Em 17 de setembro de 2019, foi proferida decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado pela Companhia. Em 26 de setembro de 2019, a Companhia interpôs o recurso de agravo de instrumento requerendo a reforma da decisão recorrida, o qual foi indeferido em 16 de outubro de 2019. Em 06 de novembro de 2019, a Companhia interpôs agravo interno. Em 04 de dezembro de 2019, a Companhia comunicou nos autos do agravo de instrumento que decidiu submeter a questão do reequilíbrio contratual à jurisdição arbitral, razão pela qual desistiu do recurso. Em 20 de dezembro de 2019, a União protocolizou petição comunicando que deixou de apresentar contrarrazões ao agravo interno, tendo em vista a desistência recursal da parte adversa. Em 1ª instância, a Companhia apresentou réplica, em 15 de outubro de 2019, e o processo segue na fase de instrução. Em 5 de março de 2020, o Ministério Público Federal apresentou petição para requerer vista dos autos para análise de possível interesse em intervir no feito. Em 11 de março de 2020, foi protocolizada petição pela Companhia requerendo a suspensão do processo até o término da arbitragem em que será discutido o desequilíbrio do Contrato de Concessão ou, na remota hipótese de assim não se entender, reiterando as provas que pretende produzir.

No âmbito administrativo, o procedimento que tem por objeto a revisão ordinária, a revisão extraordinária e o reajuste tarifário, por meio da Deliberação da ANTT nº 1025/19, em 26 de novembro de 2019, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS, motivo que ensejou a ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar (proc. nº 1039786-87.2019.4.01.3400).

### ii. Redução Tarifária

Em 26 de novembro de 2019, a ANTT, por meio da Deliberação nº 1025/19 (publicada no Diário Oficial em 27 de novembro de 2019) proferida no âmbito do Processo Administrativo n.º 50501.313777/2018-04, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS. O valor da tarifa com redução passou a ser cobrado à 00h00 de 30 de novembro de 2019.

Em 27 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar, buscando a suspensão da Deliberação n.º 1025/19, que foi distribuída para a 22ª Vara da Justiça Federal de Brasília (proc. nº 1039786-87.2019.4.01.3400). Em 29 de novembro de 2019, o juízo de 1ª instância proferiu decisão que indeferiu o pedido liminar.

Em 30 de novembro de 2019, a Companhia interpôs recurso de agravo de instrumento perante o TRF da 1ª Região buscando a reforma da decisão e o deferimento do pedido de liminar para suspender os efeitos da Deliberação n.º 1025/19. No mesmo dia, foi proferida decisão que concedeu a liminar recursal, suspendendo os efeitos da Deliberação nº 1025/19 e, assim, a consequente suspensão da redução na tarifa, até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral. Deste modo, a Companhia retomou a cobrança do valor anterior da tarifa básica de pedágio à 00h00 de 1º de dezembro de 2019.

### iii. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da Lei 13.448/2017,

## Notas Explicativas

ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos nos termos do Decreto Federal nº 9.957/2019, que o disciplinou.

Com este requerimento, a Companhia inicia os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão, sendo o sistema rodoviário submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente. A conclusão deste processo dependerá de análise pela agência reguladora e de procedimento de qualificação perante o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), a ser posteriormente deferido pelo Presidente da República; e, finalmente, objeto de assinatura de Aditivo Contratual a ser acordado entre as Partes – que efetivamente torna o processo irreversível. Com base na resolução, estima-se que o período para realização dessa etapa seja de 6 (seis) meses.

Ocorrendo a assinatura de Aditivo Contratual, proceder-se-á aos levantamentos dos valores a serem indenizados à concessionária pelos investimentos realizados, com base na metodologia estabelecida pela Resolução nº 5.860, de 3 de dezembro de 2019, da ANTT. Com base na resolução, estima-se que o período para a realização dessa etapa seja de 24 (vinte e quatro) meses. A legislação aplicável prevê que eventual discussão sobre montantes indenizáveis será discutida em procedimento de Arbitragem.

A Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As informações trimestrais não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

### 2. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### 3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB") e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), especificamente o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 - Informações Intermediárias.

Estas Informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 14 de maio de 2020, foi autorizado pelo Conselho da Companhia a conclusão destas Informações financeiras intermediárias.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

## Notas Explicativas

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros, exceto com relação às medidas relatadas na nota explicativa nº 1. b – Efeitos da pandemia do COVID-19.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	10.425	11.765
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>29.961</u>	<u>-</u>
<b>Total - Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><u>40.386</u></u>	<u><u>11.765</u></u>
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>36.220</u>	<u>24.635</u>
<b>Total - Circulante</b>	<u><u>36.220</u></u>	<u><u>24.635</u></u>
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Não circulante</b>		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia BNDES - maiores detalhes vide NE 15)	<u>25.053</u>	<u>29.287</u>
<b>Total - Não circulante</b>	<u><u>25.053</u></u>	<u><u>29.287</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 96,37% do CDI, equivalente a 4,04% ao ano (97,83% do CDI, equivalente a 5,81% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2019).

### 7. Contas a receber

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	1.480	1.442
Pedágio eletrônico (b)	<u>11.981</u>	<u>10.723</u>
	<u>13.461</u>	<u>12.165</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(9)</u>	<u>(117)</u>
	<u><u>13.452</u></u>	<u><u>12.048</u></u>

**Notas Explicativas****Idade de vencimentos dos títulos**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Crédito a vencer	13.372	12.042
Créditos vencidos até 60 dias	80	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	6
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	6	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	3	117
	<u>13.461</u>	<u>12.165</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- e
- (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para a Companhia.

**8. Imposto de renda e contribuição social****a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(23.099)	1.363
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	7.854	(463)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(146)	(53)
Despesas indedutíveis	(2)	(12)
Impostos diferidos não constituídos (a)	(2.679)	-
Outros ajustes tributários	<u>-</u>	<u>(3)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>5.027</u>	<u>(531)</u>
Impostos diferidos	<u>5.027</u>	<u>(531)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>21,76%</u>	<u>38,96%</u>

- (a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro não foi reconhecido imposto diferido.

## Notas Explicativas

### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<b>Saldo em 31/03/2020</b>				
	<b>31/12/2019</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>Passivo fiscal diferido</b>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	12.978	3.196	16.174	16.174	-
Provisão de manutenção	17.723	1.915	19.638	19.638	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(92.654)	(84)	(92.738)	1.367	(94.105)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(61.953)	5.027	(56.926)	37.179	(94.105)
Compensação de imposto	-	-	-	(37.179)	37.179
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(61.953)	5.027	(56.926)	-	(56.926)

  

	<b>31/03/2019</b>				
	<b>31/12/2018</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>Passivo fiscal diferido</b>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.264	259	1.523	1.523	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	485	(50)	435	435	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	33	293	326	326	-
Provisão de manutenção	30.896	4.666	35.562	35.562	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(65.348)	(3.067)	(68.415)	13.135	(81.550)
Outros	2.735	(2.632)	103	103	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(29.935)	(531)	(30.466)	51.084	(81.550)
Compensação de imposto	-	-	-	(51.084)	51.084
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(29.935)	(531)	(30.466)	-	(30.466)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

(b) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

de 2025 em diante	<u>16.174</u>
	<u>16.174</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R\$ 122.409 (R\$ 41.619 - efeito tributário em 31 de março de 2020) e em 31 de dezembro de 2019 montante de R\$ 114.529 (R\$ 38.940 - efeito tributário), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

### 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

**Notas Explicativas**

	<b>Transações</b>	<b>Saldos</b>	
	<b>31/03/2020</b>	<b>31/03/2020</b>	
	<b>Despesas com serviços prestados</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
		<b>Contas a receber</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>
<b>Controladora</b>			
CCR	960 (a)	-	300 (a)
CPC	1.484 (b)	11 (c)	496 (b)
<b>Outras partes relacionadas</b>			
ViaSul	-	13 (c)	-
<b>Total</b>	<b>2.444</b>	<b>24</b>	<b>796</b>

	<b>Transações</b>	<b>Saldos</b>	
	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2019</b>	
	<b>Despesas com serviços prestados</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
		<b>Contas a receber</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>
<b>Controladora</b>			
CCR	908 (a)	-	284 (a)
CPC	1.426 (b)	15 (c)	495 (b)
<b>Outras partes relacionadas</b>			
ViaSul	-	16 (c)	-
<b>Total</b>	<b>2.334</b>	<b>31</b>	<b>779</b>

**Despesas com profissionais chaves da administração**

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/03/2019</b>
Remuneração (d):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	233	229
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	211	211
Previdência privada	9	9
Seguro de vida	1	1
	<b>454</b>	<b>450</b>

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração**

	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Remuneração dos administradores (d)	1.127	925

Na Assembleia Geral Ordinária (AGOE) realizada em 07 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

## Notas Explicativas

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

### 10. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2019		31/03/2020		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>						
Móveis e utensílios		1.589	-	(6)	20	1.603
Máquinas e equipamentos		81.393	-	(25)	363	81.731
Veículos		23.727	-	(767)	481	23.441
Instalações e edificações		296	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	-	828
Sistemas operacionais		53.821	-	-	103	53.924
Imobilizações em andamento		2.419	527	-	(811)	2.135
<b>Total custo</b>		<b>164.073</b>	<b>527</b>	<b>(798)</b>	<b>156</b>	<b>163.958</b>
<b>Valor de depreciação</b>						
Móveis e utensílios	10	(697)	(34)	5	-	(726)
Máquinas e equipamentos	12	(33.204)	(2.849)	21	-	(36.032)
Veículos	25	(18.592)	(504)	767	-	(18.329)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	-	(296)
Sistemas operacionais	11	(20.300)	(1.522)	-	-	(21.822)
<b>Total de depreciação</b>		<b>(73.089)</b>	<b>(4.909)</b>	<b>793</b>	<b>-</b>	<b>(77.205)</b>
<b>Total geral</b>		<b>90.984</b>	<b>(4.382)</b>	<b>(5)</b>	<b>156</b>	<b>86.753</b>

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2018		31/12/2019			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>							
Móveis e utensílios		1.398	-	(28)	219	-	1.589
Máquinas e equipamentos		80.834	-	(201)	760	-	81.393
Veículos		21.008	-	(2.236)	4.955	-	23.727
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	-	-	828
Sistemas operacionais		53.559	-	-	262	-	53.821
Imobilizações em andamento		6.712	5.065	-	(9.265)	(93)	2.419
<b>Total custo</b>		<b>164.635</b>	<b>5.065</b>	<b>(2.465)</b>	<b>(3.069)</b>	<b>(93)</b>	<b>164.073</b>
<b>Valor de depreciação</b>							
Móveis e utensílios	10	(375)	(138)	13	(197)	-	(697)
Máquinas e equipamentos	12	(22.139)	(11.365)	104	196	-	(33.204)
Veículos	24	(18.079)	(2.647)	2.134	-	-	(18.592)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	-	-	(296)
Sistemas operacionais	15	(14.454)	(5.847)	-	1	-	(20.300)
<b>Total de depreciação</b>		<b>(55.343)</b>	<b>(19.997)</b>	<b>2.251</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(73.089)</b>
<b>Total geral</b>		<b>109.292</b>	<b>(14.932)</b>	<b>(214)</b>	<b>(3.069)</b>	<b>(93)</b>	<b>90.984</b>

Não houve custos capitalizáveis no trimestre findo em 31 de março de 2020 (R\$ 155 no trimestre findo em 31 de março de 2019 correspondente à taxa média de 0,66% a.m (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamento)).

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Ativo 100% depreciado.
- (c) Reclassificações do ativo imobilizado para o resultado.

## Notas Explicativas

### 11. Intangível

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2019		31/03/2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.746.657	-	6.932	(38)	1.753.551
Direitos de uso de sistemas informatizados		12.026	-	265	-	12.291
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		429	89	(421)	-	97
<b>Intangível</b>		<b>1.759.112</b>	<b>89</b>	<b>6.776</b>	<b>(38)</b>	<b>1.765.939</b>
<b>Intangível em construção</b>		<b>151.500</b>	<b>5.383</b>	<b>(6.932)</b>	<b>(20)</b>	<b>149.931</b>
<b>Total custo</b>		<b>1.910.612</b>	<b>5.472</b>	<b>(156)</b>	<b>(58)</b>	<b>1.915.870</b>
<b>Valor de amortização</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(71.461)	(7.890)	-	-	(79.351)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(6.909)	(606)	-	-	(7.515)
<b>Total amortização</b>		<b>(78.370)</b>	<b>(8.496)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(86.866)</b>
<b>Total geral</b>		<b>1.832.242</b>	<b>(3.024)</b>	<b>(156)</b>	<b>(58)</b>	<b>1.829.004</b>

  

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2018		31/12/2019		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.531.800	-	214.938	(81)	1.746.657
Direitos de uso de sistemas informatizados		9.241	-	2.785	-	12.026
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	145	284	-	429
<b>Intangível</b>		<b>1.541.041</b>	<b>145</b>	<b>218.007</b>	<b>(81)</b>	<b>1.759.112</b>
<b>Intangível em construção</b>		<b>281.775</b>	<b>84.764</b>	<b>(214.938)</b>	<b>(101)</b>	<b>151.500</b>
<b>Total custo</b>		<b>1.822.816</b>	<b>84.909</b>	<b>3.069</b>	<b>(182)</b>	<b>1.910.612</b>
<b>Valor de amortização</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(42.872)	(28.589)	-	-	(71.461)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(4.781)	(2.128)	-	-	(6.909)
<b>Total amortização</b>		<b>(47.653)</b>	<b>(30.717)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(78.370)</b>
<b>Total geral</b>		<b>1.775.163</b>	<b>54.192</b>	<b>3.069</b>	<b>(182)</b>	<b>1.832.242</b>

Não houve custos capitalizáveis no trimestre findo em 31 de março de 2020 (R\$ 18.772 no trimestre findo em 31 de março de 2019 correspondente à taxa média de capitalização de 0,66% a.m (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamento)).

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Amortização pela curva de benefício econômico.
- (c) Baixa de caução referente ao pagamento de indenização trabalhista.

À luz do processo judicial, mencionado no item c) Outras informações relevantes, subitem c.iii, desta nota explicativa, aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, utilizando a abordagem de custo (normalmente referido como custo de substituição ou reposição), a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de devolução, relicitação ou caducidade do contrato de concessão. Tal cenário é compreendido como o mais adequado para análise de recuperação de seus ativos, tendo em vista a discussão judicial para o ressarcimento do saldo contábil líquido de amortização dos investimentos realizados na concessão.

### 12. Arrendamento mercantil

#### a. Direito de uso em arrendamento

	31/12/2019	31/03/2020
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Depreciação</b>
Máquinas e equipamentos	4	(4)
	<b>Saldo final</b>	

**Notas Explicativas****b. Passivo de arrendamento**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/03/2020</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Pagamentos</u>
		<u>Saldo final</u>
Circulante	(4)	4

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 7,54% a.a. para contratos de arrendamentos.

**13. Fornecedores**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	20.483	16.956
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	14	14
	<u>20.497</u>	<u>16.970</u>

(a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

**14. Obrigações sociais e trabalhistas**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
INSS sobre folha de pagamento	550	583
IRRF de empregados	142	203
FGTS	131	189
Sesi/Senai	156	107
Salários a pagar	1.210	1.225
Provisão para participação nos resultados	5.791	4.765
Provisão para férias	2.266	2.268
Provisão para 13º salário	392	-
Outras obrigações trabalhistas	960	845
	<u>11.598</u>	<u>10.185</u>

**15. Financiamentos**

<b>Instituições financeiras</b>	<b>Taxas contratuais (% a.a)</b>	<b>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</b>	<b>Custos de transação incorridos</b>	<b>Saldos dos custos a apropriar em 31/03/2020</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Em moeda nacional</b>							
1. BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	12.477	Março de 2039	662.329	671.028 (b) (c)
2. Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918 % (a)	2.598	1.964	Março de 2039	126.364	128.028 (b) (c)
2. Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	2.030	Março de 2039	51.422	52.085 (b) (c)
<b>Total geral</b>				<u>16.471</u>		<u>840.115</u>	<u>851.141</u>
<b>Circulante</b>							
Financiamentos						47.402	47.617
Custos de transação						(1.582)	(1.599)
						<u>45.820</u>	<u>46.018</u>
<b>Não Circulante</b>							
Financiamentos						809.184	820.401
Custos de transação						(14.889)	(15.278)
						<u>794.295</u>	<u>805.123</u>

## Notas Explicativas

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

### Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora CCR S.A.  
(c) Garantia real.

### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>31/03/2020</u>
2021	33.709
2022	44.957
2023	44.955
2024 em diante	685.563
	<u>809.184</u>

A Controladora, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras da controladora CCR. Em relação à Companhia, esta, deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste trimestre findo em 31 de março de 2020, não ocorreu nenhuma operação.

Não ocorreram novas captações e/ou liquidações durante o período, para maiores detalhes sobre os demais financiamentos, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019.

### **16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

**Notas Explicativas**

	31/12/2019		31/03/2020			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
<b>Não circulante</b>						
Cíveis	13	234	-	(191)	-	56
Trabalhistas	1.123	81	(38)	(106)	30	1.090
	<u>1.136</u>	<u>315</u>	<u>(38)</u>	<u>(297)</u>	<u>30</u>	<u>1.146</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2020	31/12/2019
Cíveis e administrativos	296.456	160.119
Trabalhistas e previdenciárias	387	382
	<u>296.843</u>	<u>160.501</u>

Com relação aos processos cíveis, a ANTT lavrou até 31 de março de 2020, autos de infrações contra a Companhia, relativos a questões operacionais do contrato de concessão, os quais totalizam o valor de R\$ 296.456. A Companhia apresentou defesas administrativas e recursos administrativos no âmbito dos processos desses autos de infração, sendo que nenhum desses processos tem decisão final em âmbito administrativo.

**17. Provisão de manutenção**

	31/12/2019	31/03/2020		
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Saldo final
Não circulante	<u>153.375</u>	<u>14.018</u>	<u>2.543</u>	<u>169.936</u>

A taxa utilizada para o cálculo do valor presente é de 6,60% a.a..

**18. Obrigações parceladas**

	31/12/2019	31/03/2020			
	Saldo inicial	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo final
<b>Circulante</b>					
Multa com o poder concedente	<u>486</u>	<u>5</u>	<u>(120)</u>	<u>105</u>	<u>476</u>
<b>Não circulante</b>					
Multa com o poder concedente	<u>893</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>(105)</u>	<u>795</u>

## Notas Explicativas

### 19. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

Em 28 de março de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 23.000, mediante a emissão de 23.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 871.000, dividido em 871.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 26 de setembro de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 45.000, mediante a emissão de 45.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, que foi totalmente subscritas e integralizadas em 30 de março de 2020, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração da CCR realizada em 28 de novembro de 2019, desta forma o capital social da Companhia em 31 de março de 2020 é o valor de R\$ 916.000.

#### b. (Prejuízo) lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
<b>Numerador</b>		
(Prejuízo) lucro líquido	(18.072)	832
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>883.362</u>	<u>848.000</u>
(Prejuízo) lucro por ação - básico e diluído em R\$	(0,02046)	0,00098

### 20. Receitas operacionais

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Receitas de pedágio	69.536	72.932
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	5.382	1.315
Receitas acessórias	<u>1.817</u>	<u>1.763</u>
<b>Receita bruta</b>	<u>76.735</u>	<u>76.010</u>
Impostos sobre receitas	(6.174)	(6.467)
Devoluções e abatimentos	<u>(14)</u>	<u>(9)</u>
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<u>(6.188)</u>	<u>(6.476)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><u>70.547</u></u>	<u><u>69.534</u></u>

## Notas Explicativas

### 21. Resultado financeiro

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(15.349)	(17.205)
Variação monetária sobre financiamentos	-	(2.087)
Juros sobre obrigações parceladas	(12)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.543)	(1.737)
Capitalização de custos dos financiamentos	-	18.927
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	53	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(178)	(156)
	<u>(18.029)</u>	<u>(2.258)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	577	364
Variações cambiais s/ fornecedores estrangeiros	-	1
Juros e outras receitas financeiras	17	24
	<u>594</u>	<u>389</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(17.435)</u>	<u>(1.869)</u>

### 22. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

#### Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/03/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Caixas e bancos	10.425	-	-	11.765	-	-
Aplicações financeiras	66.181	-	-	24.635	-	-
Contas a receber	-	13.452	-	-	12.048	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	25.053	-	-	29.287	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	24	-	-	31	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(840.115)	-	-	(851.141)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(20.683)	-	-	(17.219)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(796)	-	-	(779)
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	(4)
Obrigações com poder concedente	-	-	(873)	-	-	(873)
Total	<u>101.659</u>	<u>13.476</u>	<u>(862.467)</u>	<u>65.687</u>	<u>12.079</u>	<u>(870.016)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

## Notas Explicativas

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, partes relacionadas, fornecedores - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional, arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Nível 2:</b>		
Aplicações financeiras	91.234	53.922

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

## Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ <sup>(5) e (6)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP <sup>(2)</sup>	Março de 2039	674.806	(47.503)	(55.962)	(64.421)
CEF (REPASSE BNDES)	TJLP <sup>(2)</sup>	Março de 2039	53.452	(3.763)	(4.433)	(5.103)
CEF (FINISA)	TJLP <sup>(2)</sup>	Março de 2039	128.328	(9.034)	(10.642)	(12.251)
Auto de infração parcelado - Poder Concedente	Selic <sup>(4)</sup>		1.271	(46)	(58)	(70)
Aplicação financeira (Menkar II) <sup>(4)</sup>	CDI <sup>(3)</sup>		60.483	2.160	2.700	3.240
Aplicação financeira (CDB) <sup>(4)</sup>	CDI <sup>(3)</sup>		5.698	211	263	316
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI <sup>(3)</sup>		25.053	878	1.097	1.317
				<u>(57.097)</u>	<u>(67.035)</u>	<u>(76.972)</u>

As taxas de juros consideradas foram<sup>(1)</sup>:

TJLP <sup>(2)</sup>	4,94%	6,18%	7,41%
CDI <sup>(3)</sup>	3,65%	4,56%	5,48%
Selic <sup>(4)</sup>	3,65%	4,56%	5,48%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2020, divulgada pela BNDES;
- (3) Refere-se à taxa de 31/03/2020, divulgada pela B3;
- (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2020, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP).

### 23. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Compromisso de investimento	<u>4.402.793</u>	<u>4.407.938</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

### 24. Demonstração do fluxo de caixa

- a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

## Notas Explicativas

### b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamento</u>	<u>Aplicações financeiras</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(851.141)	(29.287)	(4)	(871.000)	(1.751.432)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>					
Integralização de capital	-	-	-	(45.000)	(45.000)
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	(4.234)	-	-	(4.234)
Pagamentos de principal	11.239	-	4	-	4
Pagamentos de juros	15.136	-	-	-	26.375
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>26.375</b>	<b>(4.234)</b>	<b>4</b>	<b>(45.000)</b>	<b>(22.855)</b>
<b>Outras variações</b>					
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(15.349)	-	-	-	(15.349)
<b>Total das outras variações</b>	<b>(15.349)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.349)</b>
Saldo Final	(840.115)	(33.521)	-	(916.000)	(1.731.062)

## 25. Eventos Subsequentes

- **Coronavírus**

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Controladora CCR S.A., verificou-se no período de 1º de abril a 07 de maio de 2020, e no período de 1º de janeiro a 07 de maio de 2020, em comparação com mesmos períodos do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

<b>Real 2020 x Real 2019</b>					
<b>Veículos Equivalentes</b>					
<b>Realizado - 01/abr/2020 a 07/mai/2020</b>			<b>Realizado - 01/jan/2020 a 07/mai/2020</b>		
<b>x</b>			<b>x</b>		
<b>Realizado - 01/abr/2019 a 07/mai/2019</b>			<b>Realizado - 01/jan/2019 a 07/mai/2019</b>		
<b>Passeio</b>	<b>Comercial</b>	<b>Total</b>	<b>Passeio</b>	<b>Comercial</b>	<b>Total</b>
<b>-30,9%</b>	<b>-3,5%</b>	<b>-10,1%</b>	<b>-10,8%</b>	<b>-4,8%</b>	<b>-6,2%</b>

	<u>01/04/2020 a</u> <u>30/04/2020</u>	<u>01/04/2019 a</u> <u>30/04/2019</u>	<u>% Var.</u>
<b>Receita líquida de receita de construção</b>	17.293	19.635	-12%

\*\*\*

## Notas Explicativas

### Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Erika Natsumi Matsumoto	Conselheiro
Guilherme Motta Gomes	Conselheiro

### Composição da Diretoria

Heitor de Souza Pires	Diretor Presidente/RI
Guilherme Motta Gomes	Diretor Operacional

### Contador

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452/O-3"S"MS

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Campo Grande - MS

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, do período findo em 31 de março de 2020, que descreve que após não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão, a Companhia ingressou em maio de 2018 com demanda judicial requerendo que seja, preliminarmente, autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos, que nenhuma penalidade seja imputada à Companhia pela ANTT e, que a ANTT seja condenada a revisar o Contrato de Concessão, ou na inadmissibilidade de tal revisão, que o contrato seja rescindido. A ação judicial está consubstanciada no entendimento da Administração de que houve modificação substancial das bases da contratação, que impedem a Companhia a dar a continuidade nos serviços nos moldes originalmente contratados. Até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável. Adicionalmente, em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao processo de relicitação, previsto pela Lei 13.448/17, iniciando assim, os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão. A conclusão deste processo dependerá de análise pela agência reguladora e de procedimento de qualificação perante o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e posterior deferimento pelo Presidente da República. Nossa conclusão não está ressalvada em relação esse assunto.

### Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2020.

Campo Grande/MS, 14 de maio de 2020.

HEITOR DE SOUZA PIRES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR OPERACIONAL

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2020.

Campo Grande/MS, 14 de maio de 2020.

HEITOR DE SOUZA PIRES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR OPERACIONAL